# O real mediado pela história: dialética entre progresso e barbárie como método de acionamento dos conflitos estruturais brasileiros

Rafael Litvin Villas Bôas<sup>1</sup>

Resumo: O real não pode ser apreendido sem mediações. Pressupor que a história pode ser lida à contrapelo é considerá-la como mediação indispensável para uma interpretação crítica da realidade que visa sua transformação. Invisibilizada no presente por ação ideológica da hegemonia, as conexões entre as questões agrária, racial, ambiental, o problema da indústria cultural, são marcas estruturantes da desigualdade brasileira. Inspirado na crítica da filosofia do progresso de Walter Benjamin, foi construído na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília uma disciplina nominada Conflitos estruturais brasileiros e educação popular, que visa abordar os impasses e dilemas da formação do país, a partir de sua manifestação em tempo presente, detectada pelos educadores do campo, acampados e assentados da reforma agrária, e quilombolas. O artigo aborda o trabalho em processo, e analisa a perspectiva formativa ensejada pelo encontro entre a história mediada pelas obras de arte e a experiência degradada dos grupos sociais alijados pela perspectiva de progresso da classe dominante.

#### Palavras chave:

Implantanda em 2007 na Universidade de Brasília, a Licenciatura em Educação do Campo é o único dos cerca de oitenta cursos de graduação que adota a metodologia da pedagogia da alternância. O curso surge como demanda dos movimentos sociais e na primeira turma trabalha em parceria com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), centro com larga experiência em cursos de alternância, de nível médio e superior, que adota a concepção do trabalho como fator de produção e formação.

Os movimentos pressionaram o governo para tomar medidas afirmativas no âmbito da educação do campo, por entenderem que para consolidar o processo de

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> UnB (Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina/Licenciatura em Educação do Campo). E- mail rafaelcultura@gmail.com .

reforma agrária no Brasil seria necessário reverter o quadro precário de formação dos docentes das escolas do campo, na medida em que a conquista pela educação de qualidade nas áreas de assentamento e nas comunidades quilombolas se apresenta como um dos fatores indispensáveis para a fixação dos filhos de assentados e quilombolas no campo, impedindo a migração para os centros urbanos.

Como o curso tem como proposta o atendimento de um público diferenciado daquele majoritário dos centros urbanos, foi adotada a pedagogia da alternância, que divide a carga horária do curso entre dois momentos, o Tempo Escola, em que os educandos se concentram por cerca de quarenta dias na estrutura da universidade para estudar em tempo integral, durante os três turnos do dia, e o Tempo Comunidade, em que os estudantes cumprem parte da carga horária das disciplinas das etapas desenvolvendo os trabalhos teóricos e práticos em sua comunidade de origem e na escola do campo local. A adoção desse sistema procura respeitar o tempo de trabalho no campo, a época do plantio e da colheita, e o ritmo de trabalhos dos educandos que já atuam como professores nas escolas de suas comunidades, e faz com que os professores do curso tenham que acompanhar os estudantes de cada região coberta pelo curso.

A progressiva acumulação de experiências dos trabalhos realizados em Tempo Escola e Tempo Comunidade têm permitido aos docentes e educandos do curso avaliarem com critérios objetivos a relação entre os dois tempos formativos, daí o surgimento das seguintes questões: em que medida as etapas de Tempo Escola tem preparado os educandos para as contradições e desafios que eles enfrentam no Tempo Comunidade, nas ações de inserção orientada que desenvolvem na escola e na comunidade? Os professores tem conseguido organizar o conhecimento acumulado para transmití-lo em encontro às demandas emergenciais dos territórios, que para que possam ser alvo de intervenção precisam ser compreendidas em seu desenvolvimento histórico? Ou seja, o que e como se estuda habilita os educandos para uma compreensão teórica, histórica e para a intervenção no debate sobre essas questões e contradições? O processo de formação forma para a intervenção?

No limite, são indagações à respeito da possibilidade do desenvolvimento de uma práxis transformadora por meio da articulação produtiva entre os dois tempos formativos do curso. Em reconhecimento ao problema, o corpo docente do curso optou pela criação de um novo componente durante as etapas de tempo escola, nominado como Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular (Cebep).

A proposta do componente disciplinar é trabalhar com as questões ou conflitos estruturais do país em chave articulada, com focos em três aspectos concomitantes: o conhecimento histórico, a apropriação teórica e o aprendizado de metodologias específicas para lidar com as questões.

Com carga horária média de quinze horas por cada etapa de Tempo Escola o componente tem se configurado como o espaço de debate mais aprofundado sobre avaliação e planejamento das ações de inserção orientada na escola e comunidade, por meio do estudo de textos, da apreensão de conceitos e categoriais fundamentais para o aprendizado do exercício de elaboração de planejamentos de curto, médio e longo prazo, com eleição de táticas e métodos de ação em consonância com a estratégia do curso e dos movimentos nos territórios.

Com intuito de evitar a neutralização dos conhecimentos acumulados, no processo de organização e transmissão dos mesmos, o componente parte do pressuposto benjaminiano de que a história pode ser lida à contrapelo, e que isso implica em considerá-la como mediação indispensável para uma interpretação crítica da realidade que visa sua transformação.

Esse pressuposto exige dos docentes a construção de conexões entre problemas de pesquisa que foram até hoje tratados de modo isolados, como por exemplo, a questão da Revolução Verde, geralmente estudada nos cursos de agronomia e áreas ambientais, a inserção massiva da Indústria Cultural no Brasil, estudada como fenômeno ambíguo apenas pelos cursos de comunicação social, e o último ciclo de ditadura militar, de 1964 ate 1985, geralmente estudado apenas nos cursos de ciência política, história e ciênciais sociais. Os três focos de pesquisa dizem respeito a uma totalidade, a saber, a engrenagem do último grande ciclo de modernização conservadora, ou revolução passiva, que o país sofreu. Mas quase não há pesquisas que tratem desses fenômenos como elos articulados de uma dinâmica histórica. E ainda que em cada eixo de pesquisa o conhecimento possa ser acumulado de modo mais progressista possível, fato é que a reconstituição histórica do processo permanece vitimada pela fragmentação das abordagens. Portanto, consideramos que as conexões entre as questões agrária, racial, ambiental, o problema da indústria cultural, são marcas estruturantes da desigualdade brasileira, porém, permanecem invisibilizadas no presente por ação ideológica da hegemonia.

O texto explora em chave analítica algumas questões relativas à experiência em andamento do curso, e expõe o caráter produtivo e potencialmente emancipatório do trabalho com as linguagens artísticas, via relato de análise de algumas experiências em andamento.

# O real mediado pela história: dialética entre progresso e barbárie como método de acionamento dos conflitos estruturais brasileiros

#### 1. Expropriação da memória: o esvaziamento da noção de conflito

Na Licenciatura em Educação do Campo da UnB iniciamos todas as etapas de Tempo Escola com um seminário sobre as ações desenvolvidas em Tempo Comunidade. Como identificamos que as informações trazidas pelos educandos não revelavam ou se aprofundavam sobre contradições existentes nas escolas de inserção e nas comunidades, desde a primeira etapa da terceira turma do curso inserimos no questionário uma pergunta sobre a existência ou não de conflitos entre grandes e pequenos proprietários de terra na região, ou conflitos de outra ordem. Para nossa surpresa, em mais da metade dos casos, os estudantes alegaram não haver conflitos de nenhuma ordem na região em que habitam.

Uma educanda do município de Nova Roma, Goiás, território cercado por grandes fazendas criadoras de gado ou latifúndios improdutivos de políticos e empresários do Distrito federal, de Goiás e do sudeste do país, alegou que a região é pacífica. Porém, quando indagada sobre o motivo pelo qual seu pai vendeu as terras que tinha herdado e fora morar na cidade, ela informou que tempos atrás o pai fora ameaçado de morte por jagunço de um fazendeiro e foi coagido a vender as terras. A concentração atual de terras do município, que é tributária da grilagem e da violência, não é percebida como um conflito no tempo presente conseqüente de ações do passado. A situação da cidade é dramática, pela absoluta falta de oportunidades de trabalho na região, já que a maioria da terra está concentrada, como reserva de valor, em mãos de poucos. Uma fazenda de gado de cerca de 1000 hectares não demanda mais que quatro postos de trabalho local.

No seminário sobre Educação do Campo que fizemos na única escola da cidade, a Marechal Castelo Branco (!), quando indagamos quantos estudantes tem a intenção de

III SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA BURBINS ATRES... Arcapitas.

permanecer na cidade quando concluir o ensino médio, apenas um num universo de mais de trezentos, respondeu que pretende permanecer para seguir trabalhando na terra com seus pais. Uma cidade que tende, portanto, a desaparecer, - em dez anos teve a população diminuída pela metade - em função do sufocamento da concentração de terras, e os licenciandos da Educação do Campo ao chegar no curso não percebem a existência de conflitos entre grandes e pequenos proprietários.

Há uma idéia no senso comum sobre o significado da palavra conflito, que tem a ver com uma ação violenta, de briga, com ou sem derramamento de sangue, com o choque direto de duas forças em confronto. Essa é uma idéia muito disseminada pela grande imprensa, por exemplo, nos cotidianos "blocos do crime" dos telejornais, que reúnem os casos de prisão de quadrilhas, de traficantes, de mortes em conflito com a polícia, os acidentes rodoviários, aéreos e marítimos, os desabamento, os incêndios, as ações organizadas dos movimentos sociais de massa tratados como criminosos pela classe dominante, etc. Como esses casos são representados sempre como conjunturais, imediatos, isolados no tempo, como fragmentos desvinculados da totalidade, naturalizase a idéia de que os conflitos são naturais e inevitáveis, e que não têm necessariamente causalidade histórica. Logo, situações desiguais de hoje não são pensadas como consequência de um processo de dominação excludente, não são vistas como parte da lógica de um sistema de dominação. Não há uma visão coletiva que se contraponha à representação hegemônica da realidade. Os indivíduos, ao se depararem com a realidade desigual, não à vêem portanto como passível de mudança, como algo transformável pela ação humana. O conflito não é percebido em sua dimensão estrutural, histórica.

Um grupo de educandos da região de Formosa, ao apresentar o mapa do projeto de assentamento em que vivem, mostraram uma porção de terra em curva, em formato da letra c, recortada em inúmeros pequenos lotes. O assentamento é cercado por grandes fazendas, e fica há mais de setenta quilômetros da cidade, após a entrada das fazendas. A fazenda mais próxima que mais fronteira faz com o assentamento detêm a área de nascente, e pretende fazer uma barragem para represar a água e usar nos pivôs de irrigação, o que prejudicará toda a comunidade assentada no que diz respeito ao acesso à água. A despeito do relato objetivo do problema, o grupo de educandos não identificou a situação como conflitiva, nem identificou conflito na divisão territorial da região.

Como o ideal de propriedade é um dos principais fatores de sustentação do sistema hegemônico, o desejo pela posse da terra, pela obtenção do status de III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA
RUADAS AIRAS AGRANIAS
AGRANIAS
AGRANIAS

proprietário minimiza ou dilui as contradições entre acampados, assentados e grandes proprietários, afinal a referência dos pequenos produtores é a grande propriedade, e seu modelo de produção. Apesar do assentamento reunir mais gente do que a área das grandes fazendas, esse grupo de trabalhadores é sempre preterido pelos investimentos públicos: as piores estradas, a energia elétrica chega sempre por último nesses locais, o crédito para produção dos pequenos agricultores é escasso, etc.

Educandos assentados no Mato Grosso relatam como o modelo hegemônico de produção em larga escala no campo é, paradoxalmente, adotado e introjetado pelos agricultores assentados nos pequenos lotes da reforma agrária. Segundo os estudantes Cleide Alves Ribeiro, Eliane Floriano Silva dos Reis, Fabiana da Rocha Santos, José Gomes da Silva, do Assentamento Roseli Nunes, o território é cercado pelo agronegócio, com plantação de cana, teca e soja e o uso de agrotóxico é intenso. "O modelo do agronegócio influencia os assentados na produção centralizada, pois alguns pequenos agricultores copiam o modelo de manejo próprio para o plantio de monocultura, desmatando todo o lote, optando apenas por uma produção, no caso a criação de gado, deixando de lado a produção de variedades de produtos que é o que contribui para sua permanência no lote".

O caso não é específico de uma localidade, como atesta depoimento do educando e assentado Natanael José Ferreira, do assentamento Antonio Conselheiro (MT): "O desmatamento e o uso de agrotóxico são dos problemas mais difíceis de serem debatidos. O uso de agrotóxico é prejudicial a saúde, e ao meio ambiente, mas a cada dia vai aumentando a utilização de produto químico no assentamento. A produção aumenta e fica cada vez maior a lavoura, então o agricultor acha melhor usar o veneno por ser mais rápido e fácil de ser aplicado, mas sabendo do risco que está correndo para a sua própria família e as outras que consomem o produto".

O que pudemos notar em muitos casos é que as opções de modelo de produção adotadas pelos assentados é contraproducente para sua própria subsistência, e para preservação ambiental da terra e das nascentes. O que move os trabalhadores a optarem pela adesão a esses modelos não guarda sempre razão direta com a questão econômica, muitas vezes é a persuasão do discurso publicitário sobre a modernidade de determinados agrotóxicos, métodos, tipos de sementes e equipamentos que convence os pequenos agricultores a imitarem os grandes proprietários mesmo quando o tamanho de suas propriedades não recomendaria tal atitude. Estamos diante de fatores de

convencimento que vão além do que as ciências agrárias podem explicar, porém, esse tipo de problema até hoje não se tornou objeto de estudo para a Comunicação Social, a Psicologia e áreas afins.

O exercício proposto aos educandos, deles identificarem, analisarem e narrarem os problemas encontrados em suas comunidades e escolas, tem exposto os hiatos históricos e acadêmicos sobre os quais a pesquisa e a ação de ensino norteada pela noção de práxis tem que incidir. No limite, se essas questões não forem pensadas de modo integrado, a ação de planejamento de estratégia e táticas vai padecer do mesmo problema da fragmentação hoje disseminado pelo modo tradicional de produção de conhecimento.

#### 2. Perfil étnico das turmas: a diversidade como contradição

A composição da turma com educandos provenientes de diversos estados, diversas faixas etárias, e variadas experiências de trabalho com educação na escola e ou na comunidade implica na composição de coletivos com perfil bastante atípico se comparado ao padrão das turmas da Universidade de Brasília. São quilombolas, trabalhadores rurais assentados ou acampados, professores de escolas do campo que moram na comunidade rural ou na cidade próxima, militantes de diversos movimentos sociais do campo brasileiro, e do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que luta por trabalho e não por emprego, e se utiliza da tática de ocupação de terras improdutivas em área urbana. Nas turmas compostas por estados da região centrooeste a maioria de educandos negros e negras destoa do fenótipo predominante nas universidades brasileiras, composto ainda por grande maioria branca proveniente das classes médias e da classe dominante do país.

A miscigenação das turmas da Ledoc não reitera o mito da democracia racial brasileira. Pelo contrário, expõe sem nuances a crueldade da regra da presença do Estado como braço coercitivo contra os pobres e vetor de garantia do privilégio para os ricos, omisso ou ausente na garantia da extensão dos direitos sociais para toda a população. Os brancos de Mato Grosso são colonos ou filhos de camponeses expulsos à força pelos governos do sul do país, quando se organizaram para lutar pela terra. Os quilombolas resistem isolados em suas terras, sem atenção do poder público e constantemente assediados pelas propostas de parceria com o capital privado. Muitas

III SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI

pessoas miscigenadas, que poderiam ser chamadas de morenas, de misturadas, coloridas, num tom conciliatório, carregam também as marcas de intenso fluxo migratório em busca da sobrevivência, marcada pela ausência sistemática de trabalho e de amparo do Estado.

A identidade em processo de construção no curso não é apenas uma identidade cultural, de inclusão das diferenças em um arcabouço de vagos contornos nacionalistas, pelo contrário, é uma identidade de classe, pois parte da perspectiva do reconhecimento objetivo da situação de exploração a que todos os povos representados na turma estão submetidos, e compreende que a ação política para transformar a realidade em questão deve ser norteada pelo sentido de totalidade. Muito além da ingênua comemoração da diversidade do país representada na turma - que poderia nos conduzir novamente para o reacionário rumo da inclusão social num sistema cuja lógica é a exclusão em prol da acumulação - o que está em jogo é a compreensão política da diferença, cuja conseqüência é a construção da pluralidade de táticas norteadas por estratégia comum e central, pautada pela perspectiva de classe.

Contudo, isso não ocorre de forma automática e natural. Providências precisam ser tomadas para garantir a evolução do processo de formação política e educacional de cada educando. Nesse sentido, a experiência da convivência dos educandos no tempo escola e os trabalhos realizados no tempo comunidade tem sinalizado com freqüência a demanda de abordagem conexa sobre os temas da desigualdade de classe, a presença do racismo como marca estruturante da desigualdade social brasileira, e do sistema patriarcal como eixo organizador das relações de trabalho no campo e das relações de gênero. Esses problemas se manifestam objetivamente como fatores causais de desmobilização social na rotina de convivência da turma em Tempo Escola e na vida cotidiana das comunidades.

Chama a atenção o fato da maioria das turmas da Ledoc serem compostas por estudantes negros e negras, da maioria morar em áreas rurais carentes de serviços básicos do Estado, próximas de áreas de bonança financeira do agronegócio, habitadas pela elite branca, e o tema do racismo não aparecer em nenhum relato de experiência e não ser nominado como um conflito que deve ser enfrentado. Nos depoimentos da população assentada, não há alusão ao fato da condição precária do presente ser decorrente de decisões sobre a questão agrária, como a Lei de Terras de 1850, que datam do período escravocrata do Estado brasileiro.

Um dos grandes desafios, nesse sentido, é reconstruir os vínculos entre questão agrária e questão racial. A idéia que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teve como motor o trabalho escravo, ou, a mercantilização da vida de seres humanos, é fato consolidado na historiografia oficial. Entretanto, o mesmo não ocorre diante da afirmação de que a atual desigualdade social brasileira tem no racismo um de seus eixos estruturantes.

Logo após a abolição da escravatura, o Estado e a intelectualidade brasileira tentaram sistematicamente apagar as marcas e os impasses estruturais que nos foram impostos pela adoção do sistema escravista na periferia para modernizar o centro do sistema mundial produtor de mercadorias, na época, situado na Europa. Na memória coletiva não persiste a incômoda informação de termos sido o último país do mundo a abolir a escravidão. Pelo contrário, até pouco tempo, prevalecia no imaginário coletivo a idéia imperativa do orgulho diante da promessa de novidade que teríamos a oferecer ao mundo diante da idéia de que a formação de nossa população teria ocorrido pela suposta integração harmônica entre brancos, negros e índios. É certo que a leitura romantizada do passado nefasto já não persiste como outrora. A ação do movimento negro em prol da implementação das ações afirmativas para afro-descendentes quebrou as pernas do mito da democracia racial, pois obrigou o Estado brasileiro a reconhecer a existência do racismo no Brasil, e mais que isso, que o Estado tem responsabilidade no problema e que por isso tem que intervir para resolver o impasse.

Voltando para a linha histórica, a importação do trabalho assalariado branco europeu como providência de substituição da mão-de-obra negra em condição escrava consolidou no Brasil as bases da meritocracia, o discurso ideológico calcado na premissa da livre iniciativa. O que também não se evidencia na historiografia é que o projeto de adaptação da ideologia do mérito no Brasil ocorreu no mesmo compasso em que se consolidava a iniciativa de embranquecimento do país, posto que a mão-de-obra "livre" fora importada majoritariamente de países europeus.

Não se faz hoje associação de causa e conseqüência diante do fato de sermos o país recordista na concentração de terras (46% das terras nas mãos de 1% de proprietários), o último a abolir a escravidão, e termos a maioria da população negra em condição de pobreza. A Lei de Terras, promulgada em 1850, é um marco para a compreensão do destino articulado da questão agrária e da questão racial do país. Quando a elite percebeu que a escravidão teria um fim datado na história mundial – haja

vista que a revolução dos negros haitianos já tinha ocorrido e amedrontava os senhores de escravo brasileiros, e que a produção excedente de mercadorias exigia a expansão do mercado consumidor na periferia mundial – a elite nacional adiantou-se e decretou que as terras poderiam ser compradas (a altos custos), herdadas ou concedidas pelo poder do Estado. Então, trinta e oito anos depois dos braços negros tornarem-se livres as terras já eram mercadoria, com preços inacessíveis para a população negra ex-escrava, que até a abolição em geral não era remunerada justamente pelo fruto do seu trabalho.

Nesse sentido, latifúndio e racismo são desdobramentos do mesmo problema, embora hoje sejam tratados como problemas de ordem distinta. O poder hegemônico omite os elos históricos entre a questão agrária e a questão racial e aborda os problemas como de ordem conjuntural, local, específica. Florestan Fernandes, no livro "O significado do protesto negro" aponta a força potencial da articulação entre classe e raça no Brasil:

> O fato nu e cru é a existência de uma imensa massa de trabalhadores livres e semilivres, na cidade e no campo. É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classes crepita com oscilações, mas com vigor crescente, que a raça se converte em forte fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos "dentro da ordem", que alcançam a classe mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe (1989, p. 42).

Podemos depreender daí quais seriam as providências para a formulação de pensamento e intervenção radical, no Brasil, que tenha em mente os nexos de configuração do princípio da totalidade, mediante articulação entre classe e raça.

Latifúndio, abismo social marcado por forte segregação racial e monopólio dos meios de comunicação de massa são problemas relacionados, constituintes e mantenedores da desigualdade social brasileira. Portanto, pensar o Brasil sem levar em conta as conexões de causalidade entre esses fatores implica num giro em falso.

O país em que 14 milhões de pessoas passam fome, segundo pesquisa do IBGE, é também o país que tem sua TV aberta monopolizada por menos de dez empresas, sendo uma delas a quarta maior do mundo. O país que tem um dos maiores índices de desigualdade social do planeta, é também aquele que tomou providências para concentrar a terra em mão de poucos. Por sua vez, o latifúndio protegido legalmente foi

a providência da elite para evitar que a massa de negros escravos que seria liberta tempos depois se transformasse em pequenos proprietários de terra. Em consequência, o país que tem a segunda maior população negra do mundo – só ficamos atrás da Nigéria - não a incorporou devidamente no tecido social, e a consequência trágica é que temos a população negra como a maioria da parcela pobre do país<sup>2</sup>.

Uma das providências pedagógicas para tornar explícito esse dado da realidade – a conexão entre racismo e latifúndio no Brasil – é encontrar fontes que comprovem a posição racial da elite agrária do país. Um exemplo está no livro "Sociologia do negro brasileiro", de Clóvis Moura, e aborda o resultado de uma pesquisa elaborada pela Sociedade Nacional de Agricultura para saber se o imigrante negro (livre) seria benéfico para o Brasil ou não. Segundo Moura, "as conclusões foram de que ele seria indesejável. Nas respostas negativas funcionava a mesma ideologia de barragem das elites pré-Abolição" (1988, 80).

### Estereótipos negativos sobre o negro como imigrante

#### Razões econômicas:

Mau trabalhador – 25

### Razões intelectuais e morais:

Inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso – 19

### Razões raciais:

Inferioridade congenita, ódio ao branco oculto no coração do negro – 44

Existência do preconceito de cor – 9

Outras razões – 9

Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura – Imigração, Rio de Janeiro, 1920.

<sup>&</sup>quot;Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros", in Se raças não existem, é inegável que insistem!, artigo do professor Dr. José Carlos dos Anjos, publicado em 22/06/07 no Zero Hora.

Como a ideologia do embranquecimento prevaleceu no contexto pós-abolição, não é comum termos contato com documentos que atestam a permanência do racismo operando na dinâmica do trabalho assalariado. A eliminação formal do sistema escravocrata limpou o terreno de qualquer eventual constrangimento para a propagação da meritocracia, para a falsa promessa da livre iniciativa num sistema de competição regulado pelo mercado.

## 3. Liberalismo e escravidão: a filosofia do progresso no território Kalunga

"Bem vindo! O progresso chegou em Cavalcante! Invista aqui!". Essas frases compõem a placa de recepção postada na entrada principal de Cavalcante, cidade do interior goiano, localizada aos fundos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nesse município, o maior do estado em extensão de terras, com cerca de 230 mil hectares, fica localizada a maior parte do sítio histórico do território quilombola dos Kalunga, com cerca de 4 mil famílias espalhadas por diversos povoados. O território é considerado a maior área quilombola do país.

O local começou a ser explorado pelo ecoturismo há menos de duas décadas. Outra atividade econômica muito presente é a mineração, presente no município há mais de dois séculos, mas com atuação intensificada no último período em função da demarcação oficial das terras quilombolas pelo governo federal. Empresas interessadas na construção de Hidrelétricas de Pequeno Porte também assediam a região. Grilagem de terras e extração ilegal de madeira do território kalunga são outros problemas históricos e recorrentes.

A quem a placa se dirige? Quem é bem vindo ali e por qual razão? Que tipo de progresso é evocado? A despeito do local ser famoso por abrigar o maior quilombo em proporção de terras do país não é essa informação que merece ser destacada na placa oficial ostentada na entrada da cidade. Quem ali chegou, e chegar, sem dinheiro para investir não seria então bem vindo? As marcas da escravidão, e sobretudo, a luta de resistência da população negra que se rebelou da condição escrava e fugiu para os vãos entre as serras daquele território são, no máximo, hoje em dia, incluídas como parte exótica do pacote de ecoturismo ofertado aos adeptos das cachoeiras e esportes radicais.

Pela placa podemos perceber que o discurso hegemônico que clama pelo progresso é o mesmo que imperava no Brasil do período em que o Estado fez uso da

escravidão de diversas etnias negras obrigando-as a funcionarem como motor da economia colonial para alavancar a modernidade do centro metropolitano, sede do capitalismo mercantil. A lógica do progresso é a lógica do investimento financeiro em exploração de matéria-prima local, no caso em questão, sobretudo os minérios da região.

A divisão sócio-racial do espaço urbano e rural daquele município também indica a persistência e naturalização das marcas cruéis da segregação: na área urbana asfalto, iluminação e saneamento básico se restringem aos espaços centrais da cidade, nas margens, em vilas com ruas de terra , casas sem reboco, sem energia elétrica e saneamento vivem a maioria da população negra, grande parte remanescente de quilombos.

A filosofia do progresso da classe dominante continua sopesando a memória da classe trabalhadora, por meio do discurso da livre iniciativa e da falsa promessa da terra de oportunidades para quem no trabalho se empenhar. O convite para o investimento na região é em primeira pessoa, pode-se deduzir que mão de obra há no local pois o convite é para o investimento, e não para o trabalho. Para os governantes locais, o problema não é oferta de braços para o trabalho, esses existem aos montes pois o Estado manteve em condição segregada os descendentes daqueles que se rebelaram contra seu antigo modus operandi escravocrata. O convite parte, a rigor, do poder branco, para os brancos. O território, a cidade e a história das comunidades que nela habitam são tratados como negócio. Implicitamente, o que está dito é que quem não tiver recurso para investir naquele negócio, seja pontualmente como turista de final de semana, seja como empresário de algum dos ramos de exploração da natureza e da força de trabalho local, não será bem vindo naquele espaço.

A despeito da placa expor, sem nuances, a lógica total de mercantilização, não há registro de que ela tenha sido considerada como um problema pelos habitantes da região. Os estudantes da licenciatura em Educação do Campo da UnB que moram na região, que são quilombolas ou trabalham como educadores nas escolas rurais do território Kalunga tão pouco manifestaram incômodo com a placa e o sistema que ela representa e anuncia no momento em que iniciamos as discussões sobre quais conflitos perpassam aquele território.

Essa digressão sobre o exemplo do significado político, econômico e social contido numa simples placa de recepção aos forasteiros, e a percepção da recepção

passiva do significado pelos habitantes da região é um dos sinais mapeados no decorrer das etapas de Tempo Escola e Tempo Comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que chama atenção para o significado da expropriação da memória da população brasileira.

#### 4. História mediada pela estética: o trabalho com a linguagem teatral

O trabalho com as Linguagens artísticas é considerado como dado estratégico na formação dos educadores do campo, ao ponto de uma das duas áreas de habilitação ofertadas aos educandos da licenciatura da UnB ser a área de Linguagens. Já existem artigos que abordam em detalhe os pressupostos, os métodos, e resultados do trabalho da área (VILLAS BÔAS, 2010), portanto, no artigo em questão, pelo foco proposto e pela limitação de tamanho do artigo nos limitaremos a mencionar o pressuposto geral que norteia o trabalho com linguagens artísticas na licenciatura e a descrever brevemente a experiência em andamento da linguagem teatral relacionada ao processo de percepção dos conflitos estruturais da sociedade brasileira.

Trabalhamos com o pressuposto de que a arte não apenas retrata o real como ele supostamente é, ela pode evidenciar em termos estéticos que o real é uma construção histórica, não natural, mas política, e pode por isso fazer mais que informar dentro das fronteiras previstas pelo universo da ideologia, ela pode formar, apontando para algo que está além do sistema instituído, como uma força desestabilizadora do real, que sugere a possibilidade paradoxal de construirmos uma memória do futuro, a partir da releitura do passado, e da elaboração de uma perspectiva anti-sistêmica decorrente do reconhecimento estrutural de contradições que se acumularam do passado ao presente. A arte permite a reorganização da experiência, e de nossa capacidade de conferir sentido à dinâmica histórica em que estamos inseridos.

Assim como a literatura, a dramaturgia brasileira expressou impasses e momentos decisivos da dinâmica social do país, antecipando, se comparado aos tratados de interpretação das ciências sociais, a percepção crítica sobre nossa condição permanente de país periférico no sistema mundial, garantia da modernidade e avanço do centro colonizador. O que confere a possibilidade de que as obras teatrais sejam tomadas como documento histórico não é a esfera do conteúdo como reflexo do

processo social, mas a mediação dialética entre forma estética e social, expressa por meio do permanente atrito entre o drama e o épico na estrutura das obras.

O estudo obra a obra dessas mediações nos permite depreender e sistematizar aspectos centrais do funcionamento da ideologia no Brasil e da estrutura de poder hegemônica, secularmente consolidada. Mecanismos sociais de racionalização da desigualdade e naturalização da violência de uma sociedade calcada na escravidão, como o mito da democracia racial, a consciência amena do atraso do país mediante a promessa de que a especificidade trágica de nossa condição nos legaria posição privilegiada no concerto das nações, e a mediação da política do favor, são questões que aparecem desde as obras teatrais de meados do século XIX.

No trabalho com a peça "O escravocrata", por exemplo, embora os autores definam a peça em termos de sua função política, a do engajamento na luta pela abolição da escravidão, já no título há a opção pela redução estrutural do conflito épico nas fronteiras estreitas da forma dramática. "O escravocrata" do título sugere que se trata da história de um protagonista proprietário de escravos. O transcorrer das cenas se caracteriza pelo confronto permanente entre a dimensão épica das relações sociais e comerciais de uma sociedade escravista, e os conflitos dramáticos do núcleo familiar de Salazar, o escravocrata.

Nos laboratórios foram solicitadas improvisações de cenas que estabeleçam ou ressaltem contradições com o texto dramatúrgico. As situações improvisadas por vezes evidenciam o caráter inconsciente da reprodução da ideologia, na medida em que o resultado crítico esperado pelo grupo surte efeito contrário, dramático, ainda que os procedimentos trabalhados possam ser da família épica. Noutros casos, as improvisações procuram meios cênicos para debater alternativas para a resolução dos problemas, e o debate recai de modo fértil sobre as circunstâncias históricas e a consciência possível de cada contexto abordado. O exercício exemplifica como é potente e promissor o vínculo que o teatro pode estabelecer com as ciências sociais no Brasil.

## 5. Para não concluir, e avançar

Em época de comemoração de bonança mercantil brasileira, parece ser contrasenso, ou anti-clímax lembrar de nosso legado escravocrata e colonial, que a

despeito dos avanços, nunca nos abandonou. Apostamos que o movimento inverso, de mergulharmos em nossas contradições, não como ato de martirização, mas como providência contra nossa própria mercantilização, em nome de nossa memória, para que não nos esqueçamos de nós mesmos, mas possamos a partir do passado projetar o futuro, pode ser mais produtivo para todos. Isso depende da construção e sustentação em larga escala de um projeto contra-hegemônico, que mostre materialmente que há alternativas de reprodução de nossa existência menos violentas, menos destrutivas para a natureza, mais igualitárias, mais democráticas estruturalmente. Isso depende da luta, da convergência entre produção de conhecimentos pautados por essas contradições vinculados às demandas das classes populares. Nenhum rumo automático, destrutivo ou construtivo, vai nos levar a isso.

### Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin; CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman; COSTA, Deane Maria Fonsêca de Castro e; BASTOS, Manoel Dourado. Estética e educação do campo: da construção do coletivo de cultura do MST à organização da área de Linguagens da Educação do Campo. In Crítica da imagem e educação: reflexões sobre a contemporaneidade. LOBO, Roberta (org.). Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.